

A Volta por Cima

Bastou um semestre em ritmo acelerado de votações, trabalhando com afinco de segunda a sexta e punindo *gazeteiros* com cortes de diárias, para que o Congresso mudasse para melhor. Não se ouviu mais falar em falta de quórum, nem se viu mais fotos patéticas do plenário às moscas. Pesquisa Vox Populi/JORNAL DO BRASIL comprovou a recuperação: 51% dos brasileiros, hoje, aprovam o Congresso. No ano passado, a instituição era condenada por 80% da população.

As estatísticas falam por si: em quatro meses e meio, a Câmara aprovou cinco emendas constitucionais e votou 180 projetos, em 92 sessões. O Senado realizou 106 sessões e votou 331 projetos no primeiro semestre. No mesmo período, o Congresso Nacional — sessões conjuntas da Câmara e do Senado — votou 38 emendas provisórias e apreciou 80 vetos presidenciais. A produção do Congresso, no ano passado, se resumiu à votação de apenas seis medidas provisórias.

O pulso demonstrado pelas lideranças das duas Casas foi o grande responsável por esta espetacular reversão de imagem. O caso do presidente da Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), deve ser ressaltado. Sem deixar de ser um homem atencioso e cordato, foi implacável na tarefa a que se propôs: resgatar a reputação da Casa perante a opinião pública.

Ativo nos bastidores, embora discreto à luz dos holofotes, Luís Eduardo conduziu as votações com mão de ferro, decidindo pessoalmente a pauta das votações, anotando e punindo as ausências injustificadas, sempre preparado regimentalmente para derrubar tentativas de obstrução. Duas de suas frases firmaram um princípio extremamente saudável: “Os líderes anularam o plenário. Vou submeter os projetos à votação. Ganha quem tiver a maioria”. Outra: “Só consertaremos os proble-

mas do Brasil com o restabelecimento da maioria e da minoria no Parlamento; não se pode buscar permanentemente um consenso, até porque ele não existe. Não agüentamos mais ceder à minoria, sobretudo quando se cede na essência.”

O diagnóstico do presidente da Câmara é correto. O consenso conseguido artificialmente por acordo de lideranças, na verdade por uma pequena elite de representantes, era resquício do período autoritário. Refletia o voto imposto e a manipulação das bancadas, que geravam indiferença e desinteresse na grande massa dos representantes que ficava à margem das decisões. A leniência com os faltosos e relapsos era uma perversa decorrência desse perverso efeito secundário.

Luis Eduardo mudou este quadro. Sabia que a recuperação da imagem de Câmara era causa supra-partidária. Entre 1993 e 1994, costumava se reunir com um grupo de parlamentares operosos de diferentes agremiações que partilhavam da mesma preocupação: Miro Teixeira (PDT-RJ), José Genoino (PT-SP), Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), Benito Gama (PFL-BA), Nelson Jobim (PMDB-RS) e Gustavo Krause (PFL-PE).

Ao chegar à presidência da Casa, tomou as rédeas das votações com firmeza e determinação e deu a volta por cima. Sua divisa: “O Congresso precisa voltar a tomar a iniciativa de legislar”. Antes, porém, foi preciso esvaziar a pauta de votações de projetos, medidas provisórias e vetos presidenciais e, ao mesmo tempo, votar as reformas econômicas.

Entre outras coisas, provou que as críticas dirigidas às deficiências da antiga representação não se originavam numa velada e suspeita hostilidade antidemocrática ao Legislativo, mas na percepção de que seu funcionamento podia e devia ser aprimorado. E foi — no espaço de alguns meses, por efeito do exaustivo trabalho realizado.